

“MEU BRASIL BRASILEIRO, TERRA DE SAMBA E PANDEIRO”: MISCIGENAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL, UM OLHAR SOBRE AS MULHERES.

Alcione Ferreira da Silva

Graduada em história e serviço social, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e em Gestão Pública e Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba, alcionefts@hotmail.com

Resumo

Este trabalho debate sobre os impactos da miscigenação como mecanismo de aniquilação da identidade negra no Brasil, especialmente a partir da década de 1930 quando o mito da democracia racial se fortalece como estratégia de Estado. Por objetivo, buscamos compreender como a constituição da ideia de “mulata”, como símbolo nacional, pôde impactar a construção política do reconhecimento da negritude em mulheres negras brasileiras. Metodologicamente nos aportamos na pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Como aproximações conclusivas, observamos que a ascensão do discurso de um Brasil “moreno” ou “mulato” objetivou mascarar as tensões raciais presentes no país, não responder às demandas por políticas públicas requeridas pela população negra e fortalecer a fragmentação da população negra, impactando com especificidades as mulheres negras.

Palavras-chave: Miscigenação, Mito da Democracia Racial, Mulheres Negras.

Introdução

Neste artigo abordamos um debate sobre a miscigenação no Brasil como mecanismo de apagamento da identidade negra, com vistas a construção de uma ideia de nação que se desejava branca. Acerca desse tema enfocamos algumas imagens que se criou para as mulheres negras, especialmente por meio da idealização da “mulata” como símbolo nacional, símbolo este que trazia consigo o objetivo de negar a forte presença negra em todas as esferas do país, bem como de mascarar os conflitos raciais presentes no país, fazendo crer que havia apenas relações sociais harmoniosas entre as raças.

Para fundamentar este debate nos apropriamos especialmente de Schwarcz (2012) e Munanga (2008), para percorrermos o caminho da construção de um ideal de nação pautado na esperança do branqueamento da população, das instituições, da cultura e demais elementos constitutivos das relações sociais brasileiras.

Para tanto, metodologicamente nos aportamos na pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, caminho a partir do qual concluímos que a construção da concepção de miscigenação como elemento constitutivo da particularidade nacional, no que se refere as relações sociais, se deu sob uma lógica que buscou ao máximo negar as origens de ascendências africana no Brasil e mascarar o violento processo de “mistura das raças” que aqui se deu e que impactou de modo particular às mulheres negras, especialmente as socialmente lidas como “mulatas”, cuja imagem foi utilizada como “prova de harmonia das raças” e sobre a qual recaiu, de modo específico, uma forte pressão para que se fosse negada a negritude.

Metodologia

Apresentamos um debate elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, conforme Martin (2001) que a reconhece como um método capaz de produzir explicações e debate acerca de um tema específico, através de levantamento e análise de materiais publicados sobre o tema em foco.

Adotamos a abordagem qualitativa, conforme Minayo (2001), segundo a qual tal perspectiva se configura por não elencar como objetivo a construção de aspectos quantitativos, mas a explicação da

realidade social, buscando-se compreender o universo de significados e de fenômenos que não podem ser enquadrados em variáveis numéricas.

No que se refere aos nossos objetivos, nos ancoramos na pesquisa descritiva e explicativa, sendo a primeira direcionada à descrição de fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1987) e a segunda à explicitação de condicionantes sociais que condicionam a ocorrência dos referidos fenômenos (GIL, 2007).

“É o meu Brasil, brasileiro, terra de samba e pandeiro”: embranquecer para ser Brasil

As releituras que foram realizadas sobre as teorias raciais no Brasil, a partir dos anos 1930, foram operadas através de um intenso debate intelectual que se distanciou das perspectivas apontadas pelo Darwinismo Social, visto que estas apontaram para a construção de um ideal de país o qual a mestiçagem passou a ser positivada e enaltecida como um símbolo da nação de “todas as raças”.

Esta nova perspectiva para se pensar a mestiçagem teve vários adeptos no Brasil, conforme Schwarcz (2012) podem ser citados autores como Joaquim Nabuco com o texto *Massanga* (1900), este elaborado no início do século XX esperaria algumas décadas para alcançar repercussão, Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala* (1933) e Donald Pierson em *Branços e Pretos na Bahia* (1945), ambos que busca enaltecer a miscigenação sob um discurso de união das três raças, demarcam alguns lugares desse novo momento de elaboração da imagem de um Brasil mulato.

Schwarcz (2012) aponta que a obra *Casa Grande e Senzala* escrita por Gilberto Freyre (1933), é emblemática por ter sido um dos pilares teóricos do Mito da Democracia Racial e da convivência não conflituosa entre os povos no Brasil, especialmente entre os senhores brancos e seus escravizados. Embora este mito não tenha sido inaugurado no pensamento nacional com a referida obra, ganhou com ela primorosa repercussão, pois ao exaltar a mestiçagem no Brasil, Gilberto Freyre apresenta, conforme Schwarcz (2012) a mesma como indício claro da convivência harmoniosa entre as raças, o mestiço seria uma prova de que entre estas prevaleceu primordialmente a união.

Era assim que o cruzamento das raças passava a singularizar a nação nesse processo que leva a miscigenação a parecer sinônimo de tolerância de hábitos sexuais da intimidade a se transformarem em modelos de sociabilidade. Não que inexistissem relatos violentos na obra de Freyre, mas o fato é que o antropólogo idealizava uma nova civilização cujo modelo era a Casa Grande (SCHWARCZ, 2012, p. 49).

Esta análise de Schwarcz (2012) indica que a mestiçagem se tornou um conceito de natureza sociológica, utilizado com a finalidade de se explicitar as relações sociais estabelecidas entre a casa grande e a senzala, como esfera a partir da qual se poderia compreender o Brasil, como um todo.

O que fica evidente é que o conceito de mestiçagem, conforme aponta Munanga (2008), não pode ser compreendido apenas pelo viés biológico, no qual se privilegia a mistura e fluxo genético de populações, mas o referido conceito capturado pelas ciências sociais, no Brasil, especialmente a partir dos anos 1930, carregou uma forte carga ideológica que mascarava as tensões sociais, sob a compreensão de que a mestiçagem evidencia um processo de aproximação pacífica de populações, ou seja, dissimulava as evidências de que no país tal aproximação se deu eivada de violência da casa grande para com a senzala, leia-se escravocratas e escravizados. Essa perceptiva de miscigenação pacífica marcou a cena nacional

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupo étnicos [...]. Freyre não privilegia na sua análise o contexto histórico das relações assimétricas de poder entre senhores e escravos do qual surgiram os primeiros mestiços (MUNANGA, 2008, p. 77).

A obra *Casa Grande e Senzala*, no que se refere à miscigenação, exaltou a “benevolência” dos senhores, mesmo que recheada de atos sádicos para com as demais “raças”, benevolência esta que se exemplificou com o fato dos senhores terem “gerado” com as escravizadas um Brasil mestiço, modelo de “democracia racial”. Essa nova leitura

social, que transformava violência em aproximação pacífica, tornou-se dominante a partir dos anos 1930 configurando uma verdadeira operação que ressignificaria não apenas atos de violência, mas uma série de outros elementos sociais para legitimar a tese que o Brasil era o “país de todas as raças”, um exemplo desse processo pode ser apontado na culinária:

É esse o caso da feijoada, naquele contexto destacada como “um prato típico da culinária brasileira”. A princípio conhecida como “comida de escravos, a feijoada se converte em “prato nacional”, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem. O feijão (preto ou marrom) e o arroz branco remetem metaforicamente os dois grandes segmentos formadores da população [...]. Temos aí um exemplo de como elementos étnicos, ou de costumes particulares (SCHWARCZ, 2012, p. 58).

Outra expressão cultural englobada nessa perspectiva, de acordo com Schwarcz (2012), foi o samba, antes marginalizado ele passou a ser exaltado como “música brasileira para exportação”. Para tal, precisou deixar no passado o lugar de “dança de preto”, apagava-se sua ascendência negra e para lhe conceder o status de “música brasileira” representante do Brasil mestiço. Outro exemplo que pode ser apontado é a capoeira que, antes criminalizada, em 1937 é oficializada como “modalidade desportiva nacional”, assim

a capoeira [...] começará também a ser descrita por alguns literatos cariocas, não apenas pelo que “tem de mau e bárbaro” mas também como uma “excellente gymnastica”, surgindo aqui uma nova representação social para essa prática, vista agora como “herança da mestiçagem no conflito das raças” e, portanto, “nacional” (REIS, 1993, p. 07).

A capoeira passou a ser herança da mestiçagem, fruto de todos os povos. Para isso o que lhe havia de negro, pensado como “mal e bárbaro”, ficaria para trás. Nesse sentido, a capoeira assim como o samba foi aceita como símbolo nacional depois os devidos retoques embranquecedores. Nesse contexto, conforme Schwarcz (2012), não foi coincidência que, no mesmo momento histórico, o dia da raça tenha sido instituído como data cívica em 30 de maio de 1939, dia este cujo objetivo era o de festejar a tolerância étnico-racial presente no país.

Estes não foram os únicos atos simbólicos realizados para fortalecer a concepção de miscigenação pacífica e benéfica como representação da “essência” brasileira, pois alguns elementos da religiosidade e do lazer, como o toque de atabaques, a escolha da padroeira do Brasil e o futebol, foram também capturados pela mesma lógica, haja vista que

[...] Até o futebol, esporte de origem inglesa, foi progressivamente associado aos negros. Sobretudo, a partir de 1923, quando o Vasco da Gama, passou a ser o primeiro clube brasileiro a aceitar negros em sua equipe [...]. O momento coincide, ainda, com a escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil, meio branca, meio negra a santa era mestiça como os brasileiros (SCHWARCZ, 2012, p. 59).

O Brasil mulato, que não incluiu a população negra, utilizou alguns símbolos de ascendência africana embranquecendo-os, para fazer crer que a nação resultava da mistura harmoniosa de todas as raças. Esse movimento parecia ratificar a imagem aclamada no Hino da Proclamação da República, apresentando uma nação austera que havia superado o rastro da escravidão, das violências e conflitos a esta inerentes.

Os símbolos da mestiçagem foram elaborados com o objetivo de testemunhar a imagem de um Brasil que resultava do encontro e união pacífica de diferentes povos, ou seja, um retrato pintado por quem interessava mascarar e negar os conflitos oriundos da marginalização social imposta, pela elite brasileira e intelectualidade a ela relacionada, ao povo negro.

Com base na ideologia da democracia racial, o Brasil se autorrepresentava como o paraíso harmonioso das raças. Porém, tal situação foi claramente negada pela realidade social, assim como pelos atos do próprio estado que para edificar a referida representação, promovia o furto de elementos de ascendência africana embranquecendo-os, atitude que demonstra claramente que

Para além do debate intelectual, tudo levava a crer que, a partir dos anos 1930, no discurso oficial o ‘mestiço vira nacional’ ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados (SCHWARCZ, 1998, p. 58).

Desse modo, além do Estado não promover qualquer forma de inclusão social da população negra, matinha o claro propósito de manter-lhe sob uma segregação cujos muros não eram físicos, nem impostos por força de leis específicas, mas de um *apartheid* garantido pela própria conformação social excludente, que impunha barreiras para que os que estavam em situação de exclusão e pobreza não ultrapassasse.

A ausência de leis segregacionistas específicas não significou que a conformação social desigual não estivesse assegurada por alguns dispositivos legais. É singular apontar que, no que tange a legislação brasileira, Baraviera (2005) afirma que a Constituição de 1934 foi a primeira Carta Magna que trouxe em seu texto “raça”, ao afirmar no Art. 113 que “todos são iguaes perante a lei. Não haverá privilégios, nem distincções, por motivo de nascimento, sexo, raça [...] ou ideas políticas” (BRASIL, 1934). Todavia, essa mesma Carta Magna traz contradições perceptíveis em seu Art. 121 ao preconizar que

6º A entrada de imigrantes no território nacional soffrerá as restricções necessárias à garantia da integração ethnica e capacidade physica e civil do imigrante [...] Art. 138. Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: b) estimular a educação eugênica (BRASIL, 1934).

Conforme podemos perceber, sob o discurso da igualdade e da positivação da mestiçagem, mais uma vez, se constitucionalizava o preconceito, nas palavras de Braviera (2005 p. 04), “de forma quase expressa, o texto demonstra que os imigrantes seriam bem aceitos somente se pertencessem a etnias ditas superiores”, com padrões físicos desejáveis, o que novamente excluiria, dentre outros, o negro. Além disso, a presença da legitimação da “educação eugênica” revelou as pretensões do Estado em excluir da continuidade do povo brasileiro os elementos negros, prosseguindo, portanto, com a ideologia de branqueamento. O samba, o pandeiro e o atabaque vieram para o centro, mas o povo e a cultura que lhes originaram não.

O mito da democracia racial, porém, sempre encontrou opositores, destacadamente no Movimento Negro, que a partir da década de 1970 intensificou inúmeras ações tanto de conscientização coletiva em relação a condição social da população negra, quanto de repúdio e contraposição aos processos de exclusão social a esta delegada. Todavia, a força das contestações não conseguiu, até a atualidade,

soterrar os efeitos excludentes e geradores de preconceitos raciais postos pelo discurso falacioso que apontava para um país sem conflitos étnicos, mas que na prática matinha um aparato de exclusão social do povo negro. Situação que atingia a toda a população de ascendência africana e em especial às mulheres negras, cujos corpos estavam marcados por dois lugares de exclusão: o étnico e o de gênero.

“Terra boa e gostosa da morena sestrosa, de olhar indiscreto”: mulher negra no contexto social brasileiro

Compreender as lutas e conquistas das mulheres negras no Brasil, requer que compreendamos também os lugares de negação e as barreiras sociais, construídos para as mesmas, especialmente, no pós-abolição, em meio a um projeto de país que marginalizou o povo negro, conforme posto anteriormente.

A República “morena” voltava-se para as mulheres negras de modo a negar-lhes sua ascendência africana, embranquecer-lhes, tanto quanto possível, ou lhes apresentar tendo por uma das características centrais a sexualidade exacerbada. No processo republicano de marginalização da população negra as mulheres de ascendência africana passaram a ter seus corpos pensados pela nação enquanto objeto, o qual se pode explorar e apresentar ao mundo, como mais um símbolo da união harmônica entre as raças, através de uma perspectiva que apresentava a “mulata” enquanto propaganda, na qual a sexualidade era exposta como característica principal dessas mulheres.

O projeto republicano, portanto, não direcionou especificidades legais ao espaço da mulher negra. Esta no projeto de nação estava imersa no lugar que era relegado ao povo negro, todavia se o projeto republicano não fala especificamente da mulher negra, por onde poderíamos mapear o que se projetava para esta no referido período histórico?

Para pensar a questão suscitada nos voltaremos a Ribeiro (2007). Este ao discutir os lugares sociais das mulheres na Música Popular Brasileira, entre os anos de 1930 e 1945, traz um levantamento acerca das canções que conseguiram estar em evidência e que traziam em suas letras concepções que obtinham vasta aceitação sobre as mulheres. Embora não comunguemos, aqui de seu método de análise, haja vista que este se afasta da perspectiva teórica da qual nos aproximamos, utilizaremos o levantamento realizado pelo autor referido, para

analisar as músicas cujas letras apontam percepções sociais sobre as mulheres negras, nesse período de consolidação do mito da democracia racial e da mulata como um dos símbolos desta.

A famosa marchinha de carnaval “Mulata”, composta pelos Irmãos Valença em 1932, ao cantar o amor à mulata traz também sob o signo da exclusão a mulher negra. No cabelo e na cor daquela a quem se canta o amor aparece as marcas da negritude que se tenta embranquecer, todavia tais marcas, apesar de expressas como negativas, são relevadas por tratar-se de um mal que através da mulata não podem ser transmitidos. Nesse sentido diz a música: “O teu cabelo não nega, mulata / Porque és mulata na cor / **Mas como a cor não pega***, mulata / Mulata, eu quero o teu amor” (*Grifos nossos).

Este trecho da música parece trazer nas entrelinhas ou que a descendência não herdaria a negritude fenotípica da mulata ou que não se pretender constituir com a mulata uma descendência. No primeiro caso haveria um forte eco do projeto de branqueamento nacional pautado nas releituras de concepções eugênicas e do Darwinismo Social, para as quais o Brasil seria parcialmente branqueado por meio da mestiçagem, assim, a herança genética negra iria paulatinamente desaparecendo como apontado anteriormente. Nesse sentido, a cor e o cabelo da mulata, seria algo que “não se pega”, não se transmite, estando por isso permitido querer o seu amor.

Outra leitura possível, considerando os lugares sociais que a sociedade majoritariamente apontava para as mulheres negras, por ocasião da positivação da mestiçagem nacional e da mulata instituída enquanto um símbolo desta, é a de que a cor que “não pega”, que não se perpetuará por meio de uma relação, se dá pelo fato desta relação não se pautar no ideal de amor romântico, ou em casamento que gere uma prole, comumente cantado para as mulheres brancas, haja vista que às mulatas na sociedade haviam relegado não o lugar do romantismo ou da instituição de família, mas o da satisfação sexual.

Essa perspectiva é claramente apontada em outras canções do período. Ari Barroso compõe em 1941 a música *Morena boca de ouro*. Através desta canção podemos perceber outro exemplo da repetitiva imagem apontada para as mulheres negras que, apresentadas como mulatas, eram exaltadas recorrentemente por seus “naturais” atributos sexuais: “**Morena boca de ouro que** me faz sofrer / O teu jeitinho é que me mata / Roda morena, cai não cai / Ginga morena, vai não vai

/ **Samba, morena, que desacata** / Morena uma brasa viva pronta pra queimar” (***Grifos nossos**)

A morena, direcionada à mulata, é exaltada como uma mulher que possui atributos especiais como um jeitinho que mata, mata por sua ginga, seu samba, por ser sempre quente, “uma brasa pronta para queimar”, um desacato ao desejo. A morena é nesse caso uma sambista, todavia Ari Barroso ao referir-se à sua habilidade para dançar exalta-lhe não os pés, como seria de se esperar, mas o que a mulher que samba parece ter de mais abrasador, segundo a canção, é a boca.

Para compreender o lugar que essas mulheres negras ocupam no cenário da época, para a nação que almejava o progresso, basta verificar a ausência de símbolos de ampla aceitação social nos quais mulheres brancas de elite, no que se refere ao seu lugar na nação, fosse expressa de modo a exaltar sua “ginga que desacata” e “sua boca de ouro” para se referir a “brasa viva” que é seu corpo.

Outra música que reforça essa perspectiva sexual para as mulatas é *Mulata assanhada* de Ataulfo Alves (1956), cuja letra diz: “Fazendo pirraça / Fingindo inocente / Tirando o sossego da gente! / [...] Ai, meu Deus, que bom seria / Se voltasse a escravidão / Eu pegava a escurinha / E prendia no meu coração!... / E depois a pretoria / Resolvia a questão!”

Para além da sexualização “inata” da mulher “mulata”, essa música faz referência a sua ancestralidade negra, todavia, localiza esta ancestralidade unicamente ao momento histórico referente a escravização do povo negro. A memória da escravização é cantada de forma saudosa como um momento que se julga oportuno para que se pudesse, com mais facilidade, ter acesso ao corpo da mulher cantada como “escurinha”, que poderia então ser presa no coração do que lhe declara “amor”.

As três canções comentadas¹, respectivamente compostas nas décadas de 1930, 1940 e 1950, foram tomadas como exemplo de

1 Selecionamos três canções para ilustrar como a posituação da ideia de miscigenação não foi apenas um assunto de estado, mas disseminou-se para a vida cotidiana. Ribeiro (2007), ao analisar as produções da Música Popular Brasileira (MPB) sobre as mulheres, entre os anos de 1930 e 1945, período de ouro do mito da democracia racial e construção da imagem de um Brasil “mulato”, apresenta 97 músicas, destas doze fazem referência à mulher na perspectiva de suas etnias, sendo onze voltadas à “mulata” ou “morena”. Todavia, estas mulheres aparecem também nas músicas que tratam sobre “a mulher como pecado” e a “mulher como objeto de escárnio”.

um contexto mais amplo em que o Brasil se proclamava de todas as cores, buscando ostentar uma suposta igualdade entre elas. Na realidade tratava de elaborar elementos que legitimassem a estratificação dessas cores direcionando para cada uma delas determinados lugares sociais. Na grande aquarela por meio da qual o Estado buscou representar a nação, a cor negra foi, para a mulher, na maioria das vezes transmutada em mulata, e revestida de permissividade sexual e de negação de uma ancestralidade africana. Assim sendo, não por acaso Ari Barroso em 1939, com a música *Aquarela do Brasil*, ao cantar o Brasil elaborou para ele a imagem de uma “morena sestrosa”: “Brasil, Brasil / Pra mim, pra mim / Brasil/ Terra boa e gostosa / Da morena sestrosa / De olhar indiscreto”

Esta “morena sestrosa”, por ser um dos elementos do projeto de nação miscigenada, foi colocada no centro, entretanto, mascarada pelo projeto nacional que tentou negar a ascendência africana da mulher negra diluindo-a na perspectiva da miscigenação. Assim, as embranquecidas “morenas” ou “mulatas” foram exaltadas no movimento, que ao mesmo tempo, afastou para a margem a mulher e a população negra.

A “morena sestrosa de olhar indiscreto” aparece demarcando claramente um lugar que não é o ocupado/destinado à mulher branca, porém ela também não representa a mulher negra. A “mulata” é, em grande medida, um esvaziamento da perspectiva de negritude, uma espécie de caricatura da negra sem negritude, para a qual se exacerbou a sexualidade subserviente. Por meio do reforço do lugar de objeto sexual, a mulata aparece assim como uma das marcas que a escravização legou às mulheres negras na sociedade brasileira, porém uma marca que distanciava o povo negro de sua ascendência africana e que se voltava para tais mulheres buscando a perpetuação desta nos espaços de mulher sem família, iniciadora sexual e objeto sexual dos jovens brancos.

A música *Aquarela do Brasil*, foi um dos elementos que expressou a imagem que se pretendia para o Brasil naquele contexto. A República ao afirmar-se morena, trazia certo lamento por não poder dizer-se branca e, ao mesmo tempo, certo alívio ao poder negar-se enquanto negra. Apresentar-se mestiça foi a saída encontrada entre essa tensão. Esse projeto foi, nessa perspectiva, um grande legitimador das desigualdades sociais vivenciadas pela população negra no pós-abolição, haja vista que não houve necessidade de implementar

ações para grupos sociais que não eram reconhecidos enquanto atores políticos.

Nesse contexto, sob o signo da crença na democracia das raças, e da miscigenação harmoniosa, negou-se a negritude como elemento importante e constitutivo na nação era também uma forma de negar os conflitos raciais e sociais postos no Brasil. Esse movimento elegeu as mulheres negras, apontadas como “mulatas”, como um dos grandes símbolos da ilusória “harmonia racial” brasileira, de modo que sobre essas mulheres recaiu um forte fardo de imposição de que sua negritude não fosse reconhecida, mas que, ao contrário, essa identidade racial fosse apagada em nome de uma Brasilidade que se negava negra.

Considerações finais

A miscigenação brasileira foi forjada mediante um processo violento assumido como projeto de país, todavia especialmente a partir dos anos 1930 ganhou relevância uma leitura romantizada desse processo que, tendo Gilberto Freyre e o Mito da Democracia Racial como grandes expoentes, passou a propagar a miscigenação como produto típico brasileiro e como “prova” de supostas relações raciais harmônicas.

Sob o véu do Mito da Democracia Racial, se negava o racismo e seus efeitos e se buscava o apagamento da ancestralidade africana nas relações sociais brasileiras, de modo que passou a se chamar de “tipicamente brasileiro” o que não se queria se assumir como legado afro. Nesse movimento a própria negritude passou a ser negada e atacada, através da ideia de Brasil mulato ou moreno se buscou negar a forte presença negra no país. Essa realidade impactou de modo específico as mulheres negras, que tiveram a construção da identidade negra atacada através de um novo símbolo nacional que se fortalecia: a mulata.

Referências

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil. Rio de Janeiro,1934. Disponível** em: <http://www.planalto.gov.br/>. **Acessado** em 03 de outubro de 2016, às 14h25min.

BRAVIERA, Verônica de Carvalho Maia. **A questão racial na legislação brasileira.** 27 páginas (Trabalho Conclusão de Curso – Especialização) - Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Brasília – 2005

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARTINS, G. A; PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Atlas, 2001

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

MUNANGA, Kebenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

REIS, Letícia Vidor de Souza. **A “Aquarela do Brasil”:** reflexões preliminares sobre a construção nacional do samba e da capoeira. I: Revista Cadernos de Campo, nº 3. 1993, p. 05-19.

RIBEIRO, Manoel Pinto. **As formações discursivas sobre a mulher na música popular brasileira (1930 – 1945).** (tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense). Niteroi, 2007, 338pp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). **História da Vida Privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras: 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo : Claro Enigma, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.